



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Caminhando a Favor do Vento, com Leme e com Direção Rumo ao Encontro Clientelista: a farsa transmutada em tragédia no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Glória de Melo Tonácio	Unidade São Cristóvão I – Colégio Pedro II	USC 1-CPII	Professora
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Esse trabalho, pautado no Materialismo Histórico, de cunho dialético, analisa as práticas e as relações sociais instituídas no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ, ligado à Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC. Discute-se a forma como são operadas e colocadas em circulação estas práticas, a fim de que se garanta processos ideológicos e de hegemonia que perpetuam o modelo de formação adotado na instituição, baseado em relações clientelistas e na troca de pequenos privilégios entre o Estado e frações da classe trabalhadora. Mesmo com o concurso público específico para o Ensino Superior do ISERJ, no período entre 2004 e 2005 e a criação do Laboratório de Estudos Marxismo e Educação - LEME (composto por professores oriundos desse concurso e de professores colaboradores de outras instituições como: UERJ e UFF), persistiram práticas (a manutenção de pessoal em desvio de função Ensino Superior do ISERJ; nomeação das direções da instituição pela FAETEC; a diversificação de modelos curriculares, de acordo com o número de professores em desvio de função e um quadro excessivo de contratos provisórios) que ignoraram o bem público como atendimento das necessidades da coletividade. Quanto a atuação específica do LEME, na construção de um Curso de Pedagogia para o ISERJ, promovida por professores e alunos, em seminários, com aprovação nos fóruns deliberativos, em maio de 2007. Ocorreu o processo de apagamento dessa proposta, que previa uma nova concepção de mundo e de ordem social de base marxista, em favor de uma mera adequação da grade curricular do extinto curso superior que existia. O que houve foi uma dissimulação do velho em novo. Continuou a farsa sob o disfarce de tragédia, com a contenção da luta dos trabalhadores e da transformação social num desastroso encontro clientelista.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Política de Formação Docente – Clientelismo - Ideologia			
ABSTRACT			
<p>This work, based on historical materialism, dialectical in nature, examines the practices and social relations established at the Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ, linked to the Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC. It discusses how they are operated and circulated these practices in order to ensure that processes and ideological hegemony that perpetuate the training model adopted in the institution, based on client relationships and the exchange of small privileges between the state and fractions of the working class. Even with the tender for the specific ISERJ Higher Education in the period between 2004 and 2005 and the creation of the Laboratório de Estudos Marxismo e Educação - LEME (composed of teachers from this contest and Assistant Professor other institutions such UERJ and UFF) persisted practices (maintenance staff misuse of Higher Education ISERJ function, naming the directions of the institution by FAETEC, the diversification of curriculum models, according to the number of teachers misuse of a table function and excessive temporary contracts) that ignored the public good as meeting the needs of the community. As for specific action of the rudder, the construction of a Pedagogy Course for ISERJ promoted by teachers and students in seminars, with approval in deliberative forums in May 2007. Occurred the process of deletion of this proposal, which envisaged a new world view and basic Marxist social order in favor of a mere adaptation of the curriculum of the college that terminated there. What happened was a concealment of the old into new. Continued the farce under the guise of tragedy, with the containment of workers' struggle and social transformation in a disastrous encounter patronage.</p>			
KEYWORDS			
Teacher – Formation – Patronage – Ideology			

Para decepar a cabeça da Medusa sem se deixar petrificar, Perseu se sustenta sobre o que há demais leve: as nuvens e o vento; e dirige o olhar para aquilo que só pode se revelar por uma visão indireta, por uma imagem capturada no espelho (CALVINO, 1990).

Talvez a melhor maneira de avançar sobre a problemática na qual estamos imersos, é atravessar a neblina, encará-la e tentar desvendá-la. Essa metáfora explica um pouco da minha opção¹ por analisar as práticas e as relações sociais instituídas no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), ligado à Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC), vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECT-RJ), do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, a discussão das formas como são operadas e colocadas em circulação estas práticas, a fim de que se garanta processos ideológicos e de hegemonia que perpetuam o modelo de formação adotado na instituição, baseado em relações clientelistas e na troca de pequenos privilégios entre o Estado e frações da classe trabalhadora. Tal estudo está pautado no Materialismo Histórico, inaugurado por Marx e Engels e, por isso, trata-se de um estudo de caráter descritivo-analítico, de cunho dialético. Nesse sentido, compreendo que o motor da história é a luta de classes, responsável por produzir as transformações mais importantes nas relações sociais (ENGELS, 2000/1855). Isso quer dizer que, esta investigação está condicionada à história social concreta e à produção do conhecimento pela participação ativa da teoria. (CARDOSO, 2005)

A realidade investigada é compreendida, então, como um contexto do sistema capitalista, caracterizado pela acumulação de capital, baseado na exploração do trabalho, como uma exigência ontológica para essa acumulação e para a reprodução do capital. O processo de produção foi entendido como relação entre o processo de trabalho e as forças produtivas, da qual resultam as mercadorias, (e mais precisamente, a mais-valia), condição para a permanente expansão do capital. Por isso, é fundamental o entendimento de que,

As relações determinantes são *históricas*, não são universais, não valem para todas as épocas; pelo contrário, elas definem a especificidade de um dado modo de produção. O real, histórico, é condição. Não determina que algum conhecimento o apreenda e o explique. A necessidade da condução teórica do processo da produção do conhecimento expressa o não-determinismo, não automatismo, o não-mecanicismo [presente] no método de Marx. (CARDOSO, 2005, p.14)

¹ Tal estudo faz parte de uma tese de Doutorado em Educação, concluída em agosto de 2011, sob orientação do Professor Titular Roerto Leher, intitulada: *O processo de criação do curso normal superior no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e sua adequação em curso de Pedagogia: a tradição como farsa*. Nessa pesquisa, buscou-se a compreensão do processo de transformação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (IERJ) em Instituto Superior do Rio de Janeiro (ISERJ) com a consequente criação e implementação do Curso Normal Superior (CNS), no período de 1996 a 2008.

Para esse estudo, analisei documentos legais, registros institucionais, jornais e revistas e um estudo de cunho empírico (observação e entrevistas). Ainda, foi necessária a análise de todo o material organizado ao longo da minha experiência como pesquisadora e docente do CNS/ISERJ, no período de 2005 a 2009, como: panfletos, cartazes, manifestos, cartas públicas, jornais, atas, anotações do diário de campo, dentre outros. Encontrei, também, diversos problemas ao tentar reunir a documentação necessária para a pesquisa (portarias, pareceres, deliberações, atas, dentre outros).

Minha experiência como docente-pesquisadora no “fanal Instituto de Educação”², no “lócus da excelência” na formação docente (ACCÁCIO 1993; BALASSIANO, 2005; CARVALHO, 2005; 2006; 2007; LOPES, 2003; 2006; SANTOS 2006; VIDAL, 1995; 2001), ou ainda, como o “ ‘lugar de memória’ privilegiado da reconstrução educacional no Brasil” (LOPES, 2006, p.34), o “documento-monumento” da tradição na formação docente (BRANDÃO, 1999; LOPES, 2003; 2006), através do concurso público realizado para o ensino superior em 2004, com posse em agosto de 2005, fez com que se instaurasse uma “relação de alteridade que emergiu de uma diferença de lugar na construção do saber. O outro se tornou estrangeiro pelo simples fato da minha pretensão em estudá-lo” (AMORIM, 2001, p.31).

O que me parecia tão *familiar*, ao mesmo tempo, tornou-se *muito estranho*, pois, apesar de o meio de formação ao qual eu estive ligada, durante a minha vida profissional, sempre ter sido a formação de professores e atuação docente nas séries iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil, aconteceu uma delimitação de “tempo/espço” (BAKHTIN, 1992) demarcada por conflitos, dissensos, divergências e contradições que demarcaram toda a minha experiência como docente do Curso Normal Superior (CNS) do ISERJ e como pesquisadora em educação: a diferença entre mim, pesquisadora e meus interlocutores (professores, alunos e funcionários do CNS/ISERJ).

As principais questões que permaneceram, desde a minha entrada como docente no ISERJ, era o porquê da permanência de alunos no CNS/ISERJ até a sua conclusão em condições precárias e sem a certificação devida e dos motivos da continuidade do CNS/ISERJ pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, apesar dos altos índices de evasão e das condições precárias para o ensino superior materializadas, principalmente, pela falta de diretrizes teórico-práticas e de condições básicas para a implantação dos cursos e da pesquisa como adaptações inadequadas de espaços físicos, falta de mobiliários e equipamentos necessários para a instalação dos cursos; sobreposição de disciplinas no currículo do curso, a não efetuação de um Plano de Cargos e Salários específico voltado para o

² Cf. CAMPOS, França e BRANDÃO, José Vieira. **Hino do Instituto de Educação do Rio de Janeiro** (s.d). <http://institutedeeducacao.blogspot.com/2006/08/hino-do-instituto-de-educacao-em-midi.html>. Acesso 02 de junho de 2009.

ensino superior da FAETEC/SECT-RJ, além da regularização do seu corpo docente inicial, que não realizou concurso público para esse nível de ensino. Eram professores da Educação Básica e Ensino Médio, que foram içados para desvio de função no ensino superior do ISERJ.

Novamente, a resposta parecia vir do ideário da *tradição* e da manutenção da *ordem* construído naquela instituição, em que *estudou a mãe do Governador Sérgio Cabral* e intelectuais como Cecília Meireles, dentre outros. Essa estratégia persuasiva foi sempre recorrente na história da instituição. A ordem, a tradição, os ritos e as normas estiveram sempre presentes na história na *memória* (LOPES, 2006) de alunos e professores que passaram por aquela instituição. Entretanto, como alerta MARX (2000/1851-1852, p. 15), “(...) todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes (...) a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.” Nesse sentido, a farsa se manteve, pois foi necessária para a manutenção da ordem vigente e para a contenção das lutas dos trabalhadores, que acabaram por cair no imbróglio de uma possível “empregabilidade” e de alguma melhoria na condição de vida aviltante a que nos impõe a condição de dependência capitalista (FERNANDES 1975; 1975 a). Daí a relevância deste estudo no “micromundo” (BAKHTIN, 1992) do CNS/ISERJ.

Todavia, MARTINS (1996), ao descrever a instituição, em sua tese de doutorado, intitulada, não por acaso, “**Dos anos dourados aos anos de zinco: análise histórico-cultural da formação do educador no Instituto de Educação do Rio de Janeiro**” [grifo meu] destacou o seguinte:

Uma sensação de desalento e abandono nos envolve ao entrar no pátio interno do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Parecia que um tufão tinha adentrado aquele prédio imponente. Lixo espalhado pelo pátio, onde se erguia triste, desolado, sem qualquer filete d’água, o chafariz. Os beirais que circundavam o pátio interno estavam quebrados e alguns andaimes vazios acoplados às paredes do pátio pareciam esqueletos que se erguiam para o nada. Nas salas de aula, várias carteiras quebradas e os quadros de giz mal conservados. Era uma imagem desoladora. (Diário de campo, de 09 de abril de 1996 apud MARTINS, 1996, p. 181)

Passados mais de dez anos, a descrição da autora continuou atualizada. Esse contexto foi o mesmo encontrado por mim ao adentrar no ISERJ pela primeira vez em agosto de 2005 e o que vi, quando estive lá pela última vez, coincidentemente, em 09 de abril de 2010. Foi a constatação da permanência da *tradição* da instituição em mecanismos que envolvem ritos, uniformes e logotipos tradicionais, ao longo do tempo, contrastando com a evidente degradação da instituição- problemas de infraestrutura e a oferta de uma formação de professores em nível superior precarizada, baseada na desvinculação entre ensino, pesquisa e extensão, com a supremacia da primeira, admitindo-se, assim, uma formação de professores em nível superior com baixo custo, em espaço não-universitário, (KUENZER 1998, 1999; SCHEIBE 2002; FREITAS 2003), vinculada a uma instituição de ensino técnico-profissionalizante em todos os níveis até o ensino superior.

A criação dos Institutos Superiores de Educação (ISEs) da FAETEC/SECT-RJ e de seus cursos normais Superiores (CNS) ocorreu sem a devida participação da comunidade acadêmica e dos profissionais em educação do Rio de Janeiro nas reflexões decorrentes da criação dos Institutos Superiores de Educação (ISEs), já que foram todos criados por decretos do Governo do Estado do Rio de Janeiro³ da época como os Governos de Marcelo Allencar, de Anthony Garotinho e de Rosinha Garotinho. A rápida implementação dessas instituições e de seus cursos trouxe inúmeros problemas como a precarização e a desorganização dos mesmos. Em decorrência dessa problemática, desde a primeira turma do CNS/ISERJ, formada em 1999, até o ano de 2008, não tinha ocorrido a expedição de diplomas para os alunos concluintes.

Todavia, com a promulgação das novas “Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia/DCNs- Pedagogia” (Parecer CNE/CP N°5/2005 e Resolução CNE/CP N° 1/2006), foi possível pensar em um *outro* curso superior para o ISERJ. Isso porque, foram extintos os cursos normais superiores, prevendo, na transição para o novo modelo do curso de Pedagogia a adaptação desses cursos e respectivos projetos pedagógicos (antigos Cursos de Pedagogia e Curso Normal Superior no novo Curso de Pedagogia), com o prazo de um ano, a partir da publicação da resolução do Conselho Nacional de Educação-CNE (até maio de 2007).

Com as novas “Diretrizes”, o Curso de Pedagogia passou, então, a destinar-se à formação de professores para a Educação Infantil, para os anos iniciais do Ensino Fundamental, para o ensino no Normal Médio e a outras áreas escolares e extra-escolares (apoio escolar, atividades de organização e gestão educacional, dentre outras).

Com isso, o trabalho docente tomou novos contornos e contextos, como os descritos nas novas DCNs para o Curso de Pedagogia. Os espaços-tempos de atuação profissional se tornaram diversos, dispersos e, principalmente ampliados da escola para as empresas, as instituições de saúde, os presídios, as ONG’s, os movimentos sociais, as áreas de lazer, creches, as brinquedotecas, dentre outros. Em todos os contextos laborais, foi possível verificar uma intensificação do trabalho docente e uma acentuada desregulamentação das relações de trabalho. O *professor* foi substituído pelo *educador* figura fluída e gelatinosa, com a conseqüente precarização e flexibilização das relações de trabalho.

³ Como as seguintes instituições: ISE do Município de Santo Antônio de Pádua (Decreto N° 28420/2001); ISE do Município de Itaperuna (Decreto N° 28739/ 2001); ISE Professor Aldo Muylaert, de Campos dos Goytacazes (Decreto N° 28947 /2001), o ISE de Bom Jesus do Itabapoana (Decreto N° 30302/ 2001) e o o ISE de Três Rios (Decreto N° 30303/2001). Os ISEs do interior fluminense foram credenciados pelo Parecer CEE-RJ N° 212/2003 para oferecerem o Curso Normal Superior (CNS). Foi criado ainda o ISE da Zona Oeste (Decretos N° 37100/2005 e N° 38533/2006), que passou a integrar a estrutura da Universidade da Zona Oeste (UEZO), conforme o Decreto N° 41.277/2008. Em 2009, pela Lei N° 5380/2009 a UEZO, desvinculou-se da FAETEC, constituindo-se em *fundação de direito público, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia*.

A partir das novas DCNs para o curso de Pedagogia quaisquer atividades profissionais realizadas no campo da educação, ligadas à educação, foram compreendidas como atividades docentes. Com isso, ocorreu um processo de minimalização da formação docente que se tornou mais acentuado, a partir das novas DCNs para o Curso de Pedagogia, a formação docente passou a estar estruturada em modos de fazer e na instrumentalização técnica ao trabalho pedagógico.

Ocorreu um neopragmatismo, que desvinculou a formação docente da possibilidade do exercício da crítica e da participação política, vinculando-a às “competências” e à competitividade. O que passou a estar em jogo não foi somente a necessidade de uma certificação ou elevação do nível de escolaridade na busca pela inserção no mercado, mas as possibilidades de “empregabilidade”. Além disso, a flexibilização das relações de trabalho docente foi uma maneira de nomear os ajustamentos e as adaptações dos trabalhadores e das instituições necessários às novas condições impostas pela reconfiguração da sociedade na configuração do capitalismo contemporâneo, no atual padrão de dependência (FERNANDES 1975, 1975 a).

Apesar das críticas nas organizações sindicais e acadêmicas (como FORUMDIR, ANDES, ANPED, dentre outros) no que diz respeito à precarização e à flexibilização do trabalho docente, as novas DCNs para o Curso de Pedagogia ecoaram para os alunos e professores concursados para o ensino superior do CNS/ISERJ como uma saída, ainda que precária, para o maior problema enfrentado pelo curso e sua instituição: a não certificação de seus alunos no tempo devido.

Além disso, a Deliberação CEE-RJ Nº 309/07 foram extintos todos os Cursos Normais Superiores do Estado do Rio de Janeiro e foi determinada a imediata transformação dos mesmos em Pedagogia. Em consequência, a FAETEC estabeleceu a transformação de todos os seus Cursos Normais Superiores em Pedagogia ou a sua extinção⁴ em 2007, como uma saída emergencial aos problemas estabelecidos em todos os Institutos Superiores de Educação (ISEs) da FAETEC. Ocorreu, ainda, o Parecer CEE-RJ Nº 21/2008 que ratificou a extinção do CNS/ISERJ, somente reconhecendo, “com a finalidade de diplomação dos alunos nele matriculados até a presente data, o Curso Normal Superior do Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro- ISERJ”. (RIO DE JANEIRO, 2008, s.p).

Desde a sua institucionalização, o *Instituto de Educação*- atual ISERJ- e sua formação docente apareceram ligados às relações de *clientelismo*, no qual ocorreu um processo de dependência e de acordos políticos em diversos âmbitos do aparato governamental, notadamente, do Executivo e do Legislativo estadual, envolvendo o uso de sua máquina do Estado e os seus aspectos jurídicos e legais, em troca de favores, serviços ou mesmo empregos.

⁴ Cf. RIO DE JANEIRO. SECT/FAETEC. OFÍCIO FAETEC/DESUP Nº 09, de 30 de janeiro de 2007.

CI FAETEC/DESUP Nº 094, de 16 de abril de 2007.

Depois de vinte e quatro anos de trabalho dedicados à educação como professora das séries iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal e Federal, dos Cursos de Licenciatura e Pedagogia nas Universidades Públicas brasileiras e, mais recentemente, no período entre 2005 até 2009, como integrante do primeiro quadro de professores concursados para o ensino superior da Rede FAETEC/RJ no ISERJ, ao passar a fazer parte do corpo docente do ensino superior dessa instituição, deparei-me com esse contexto. Ineri-me, então, em diferentes formas de atuações acadêmicas e políticas como docente-pesquisadora no ISERJ a fim de contribuir para a instauração do ensino superior naquela instituição. Dentre elas, destaco a formação e integração do “Laboratório de Estudos Marxismo e Educação”⁵ (LEME/FAETEC/SECT-RJ), constituído por um grupo de oito professores concursados para o ensino superior da FAETEC, juntamente com professores colaboradores de outras instituições (como a UERJ e a UFF) que buscou, através de lutas políticas e estudos, melhores condições de trabalho e de formação, o fortalecimento do campo crítico e comprometido com a educação pública nos “aparelhos de hegemonia” (GRAMSCI, v.2, 2007).

É importante destacar que, encontrei diversos problemas ao tentar reunir a documentação necessária para a pesquisa (portarias, pareceres, deliberações, atas, dentre outros), devido a problemas internos na instituição. Os professores, desviados de função, autodenominados “professores implementadores” do CNS/ISERJ/FAETEC/SECT-RJ, tomaram posse da maioria dos documentos referentes à criação, autorização e reconhecimento do curso e recusaram-se a tornar público ou arquivar na instituição qualquer documento referido ao CNS/ISERJ/FAETEC/SECT-RJ, sob a alegação de que estariam “defendendo a história da instituição” e, por conseguinte, “a história de si mesmos”.

Principalmente, devido a minha posição clara, junto com os membros do LEME/FAETEC de defesa pelo fim do desvio de função no ensino superior no ISERJ, a minha situação como docente-pesquisadora se tornou, ainda, mais complexa. Qualquer informação e/ou documento foi negado por esses professores a mim, sob a alegação da “defesa de si mesmo e do curso”.

Foi, então, que decidi recolher o material para a pesquisa de diferentes formas, como: em sítios virtuais, em reportagens de jornal impresso e outras mídias, encartes de jornais e/ou revistas,

⁵ Tal laboratório foi financiado pela FAPERJ no biênio 2008-2009. Foi composto originalmente por professores-pesquisadores do ISERJ/FAETEC/SECT-RJ e de professores-colaboradores de outras instituições como: UERJ e UFF. O LEME/FAETEC/SECT-RJ foi formado a partir das discussões iniciadas pelo GURI/ISERJ/FAETEC/SECT-RJ “Grupo de Pesquisa Relações Interculturais na Formação de Professores” em 2006, constituído pelo mesmo grupo de professores concursados para o Ensino Superior da FAETEC, que compunha o LEME/FAETEC/SECT-RJ. A proposta de trabalho visou, através de uma orientação teórico-metodológico de cunho marxista, a problematização das relações entre as produções econômicas/sociais e a Educação. De fato, constituímos-nos em um grupo de professores, que buscou, através de lutas políticas e estudos, melhores condições de trabalho e de formação no Ensino Superior do ISERJ.

busca de documentos, por intermédio da ajuda de alunos do curso, de outros professores concursados para o ensino superior da FAETEC, que se dispuseram a socializá-los.

A partir das análises empreendidas, considero que a própria formação da FAETEC, a partir da Fundação de Apoio à Escola Pública (FAEP), como um processo de fusão entre o arcaico e moderno, operando-se a “modernização do arcaico” e a simultânea “arcaização do moderno” (FERNANDES, 1975 a, p. 80), através de um *entrecruzamento* entre o assistencialismo e o clientelismo (advindos da FAEP e de sua história como auxílio aos Centros Integrados de Educação Pública/ CIEPs no Governo de Leonel Brizola), combinado com o ensino profissionalizante, no bojo do ideário da “inovação tecnológica”, como medidas de contenção de pobreza e de violência na infância e adolescência. Essas duas estruturas para a institucionalização da FAETEC foram medidas relevantes para a contenção de uma revolução social, necessárias à condição dependente a que temos nos submetido.

Por sua vez, o clientelismo instituído na FAETEC garantiu relações clientelistas entre os governantes do Estado do Rio de Janeiro (Governador e bancadas da ALERJ) e frações da classe trabalhadora. Esses pequenos privilégios concedidos por sucessivos Governos do Estado do Rio de Janeiro significaram, na prática, o loteamento da FAETEC e de suas Unidades de Ensino distribuídas em todo o Estado do Rio de Janeiro, pela frente partidária dominante no espaço geográfico do Estado do Rio de Janeiro.

Quanto ao protagonismo da ALERJ no processo de instauração do ensino superior da FAETEC e, e especial do ISERJ, perpetuou-se a situação de precariedade e irregularidades do ensino superior do ISERJ/FAETEC por relações clientelistas, de cunho privatista, entre o grupo de professores desviados de função para o ensino superior da FAETEC/SECT-RJ, outros a eles vinculados (um grupo de alunos e um grupo de funcionários contratados) e frentes partidárias da ALERJ e/ou do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que possuem influência naquela instituição, estabelecendo-se assim uma troca de favores e privilégios entre esses grupos.

Foi, a partir desse contexto, que o Deputado Paulo Ramos (PDT) conseguiu se tornar o “protetor e ou guardião” das professoras desviadas de função e do grupo de alunos a elas vinculado, devido à instauração de relações clientelistas, em troca da formação de um *nicho eleitoral* na instituição.

De fato, a criação do CNS/ISERJ, a partir do Parecer CEE N° 258/98, foi realizada sem concurso público com professores da própria instituição, oriundos do Ensino Fundamental e do Curso Normal Médio, advindos da SEEDUC-RJ e da SECT-RJ, em desvio de função para o ensino

superior. Em 2000 e 2001, ocorreu a entrada de mais docentes no curso, também transferidos de nível e/ou de outras secretarias, a partir do Parecer 1008/2000.

Para tal ação política foi relevante, ainda, o protagonismo do CEE-RJ e dos membros das Câmara de Ensino Superior e de Educação Profissional na institucionalização do ISERJ e de seus cursos superiores, determinando, inclusive, a formação do corpo docente do CN/ISERJ, sem concurso público pelos Pareceres CEE Nº 258/98 e 1008/2000. Esse conselho se constituiu, a meu ver, em mais um braço do Governo do Estado do Rio de Janeiro e dos interesses de frentes partidárias da ALERJ. Como lembra LEHER (2003), Marx, na sua obra, Crítica ao Programa de Gotha, já tinha compreendido que o Estado controla, regula, supervisiona as condições econômicas e ideológicas que estão na base da divisão fundamental da sociedade civil, a saber, as classes fundamentais, mas o faz em nome dos interesses de “toda” a sociedade. Ou seja,

O Estado burguês, por definição ‘representa’ a totalidade da população, abstraída de sua divisão de classes sociais, como cidadãos individuais e iguais. Em outras palavras, ele apresenta os homens e mulheres em posições desiguais na sociedade civil como se elas fossem iguais perante o Estado. O parlamento [assim como os Conselhos] reflete a unidade fictícia da nação [ou da população de um determinado lugar, como no caso dos Conselhos Estaduais] perante as massas, como se ele fosse o próprio governo [ou voz] delas (...). (ANDERSON, 2002, p.14 apud LEHER, 2003, p.226)

Devido ao seu caráter normativo atribuído pela Constituição Estadual, pelas LDBs de 1961 e de 1996, às competências atribuídas e a sua constituição (Leis Estaduais Nº 3155/98 e Nº 4301/2004), o interesse *pela coletividade* foi na aparência apenas, pois o que prevaleceu na formação dos membros do CEE-RJ e suas atribuições foi o colonialismo e o arcaísmo, com todas as suas potencialidades, inclusive as relações patrimonialistas, interferindo na formação dos Institutos Superiores significativamente, em especial o ISERJ e de seus cursos superiores. Como nos lembra Florestan Fernandes:

(...) [o] padrão de hegemonia burguesa [principalmente, nos países periféricos, como o Brasil] anima uma racionalidade capitalista extremamente conservadora, na qual prevalece o intento de proteger a ordem, a prosperidade individual, a iniciativa privada, a livre empresa e a associação dependente, vistas como fins instrumentais para a perpetuação do superprivilegiamento econômico, sociocultural e político. (FERNANDES, 1975 a, p.108)

Foi na sua função deliberativa e na forma da sua composição imposta pela “nomeação de seus membros pelo Governador do Estado” que foi imputado ao CEE-RJ e à sua Câmara de Ensino Superior um caráter privatista e patrimonialista, retirando a possibilidade efetiva da participação da classe trabalhadora nas discussões e composição desse conselho. Assim, não foi ao acaso que a legislação garantiu a possibilidade de domínio e de interferência dos Conselhos Estaduais no

funcionamento das instituições estaduais, principalmente as de ensino superior, na modalidade não-universitária (como os Institutos Superiores de Educação), muitas ligadas à iniciativa privada e a consequente expansão e diversificação do ensino superior privado (não presencial, a distância, faculdades isoladas, dentre outras).

Nenhuma das decisões do CEE-RJ, assim como da ALERJ, alteraram substancialmente as condições do ensino superior na FAETEC, muito menos, o curso de professores oferecido em suas instituições, como o ISERJ. Nas palavras de Florestan Fernandes:

Poucos países, no mundo moderno, possuem problemas educacionais tão graves quanto o Brasil. Como herança do antigo sistema escravocrata e senhorial, recebemos uma situação dependente inalterável na economia mundial, instituições políticas fundadas na dominação patrimonialista e concepções de liderança que convertiam a educação sistemática em símbolo social dos privilégios e do poder dos membros e das camadas dominantes. O fardo era pesado demais para ser conduzido com responsabilidade e espírito público construtivo, num sistema republicano que se transformou, rapidamente, numa transação com o velho regime, do qual se tornou mero sucedâneo político. Por conseguinte, em vez de acelerar a difusão e o fortalecimento dos ideais de vida, consagradas legalmente, ele interfere no processo como fator de demora cultural (FERNANDES, 1989, p. 197).

Os estudos dos documentos e dos dados empíricos apontaram que o processo de desvio de função, baseado em relações clientelistas e privatistas, asseguradas em processos de ressignificação da legislação e das políticas públicas, o que ocasionou vários problemas na organização administrativa e pedagógica do CNS/ISERJ, até a extinção do curso.

O processo de criação dos Institutos Superiores da FAETEC/SECT-RJ e de seus cursos, em especial o CNS/ISERJ, ocorreu de forma precária e desorganizada, sem a participação dos movimentos sindicais ligados aos profissionais em educação do Estado do Rio de Janeiro e da comunidade acadêmica. É importante lembrar que GRAMSCI (1978) descarta o consenso fabricado e critica o uso dos indivíduos simplesmente como “uma massa de manobra... ocupada com prédicas morais, com tiradas sentimentais, com mitos messiânicos de espera de idades fabulosas, em que todas as presentes contradições e misérias serão automaticamente resolvidas e sanadas” (p. 123). A meu ver, essa estratégia criticada pelo teórico foi utilizada, com relação aos alunos do curso, pelos professores desviados de função do CNS/ISERJ para a perpetuação do curso e da instituição naquelas condições de precariedade, mas que, de algum modo, assegurava a permanência desse grupo de docentes no CNS/ISERJ.

Ao invés de lutarem pela construção da revolução em todos os seus aspectos (político, econômico, social e cultural), esse grupo de professores assumiu a batalha pela conquista da hegemonia e da direção político-ideológica para a conservação da ordem vigente e a manutenção de pequenos privilégios pessoais. Foi nessas condições que esse grupo de professores ratificou o

isolamento do curso de qualquer possibilidade de discussão e de crítica das organizações acadêmicas e sindicais.

Nesse sentido, o Curso Normal Superior do ISERJ foi incapaz de interpor qualquer resistência frente ao processo de expropriação do conhecimento implícito nas contrarreformas dos anos 1990, ao contrário, tornou-se funcional a esse processo. Para o sucesso desse projeto de “heteronomia cultural” (FERNANDES, 1968; 1975 a) na formação docente foi necessária a produção de uma ideologia, baseada na *tradição* e na *excelência* do ISERJ na formação professores. Essa ideologia produziu uma hegemonia da manutenção da ordem, através da repetição e manutenção dos ritos, cerimônias e normas da instituição. O incentivo e a perpetuação da tradição como linha de continuidade entre o que foi o passado que se quis contar e o presente que se quer ver foi um das estratégias persuasivas mais utilizadas, quando se fez necessário para a busca da conformidade e da ordem vigente no CNS/ISERJ (MARX, 2000/1851-1852). Parafraseando CAZUZA (1989), em uma de suas músicas, a FAEP e sua transformação em FAETEC, a transformação do IERJ em ISERJ, assim como a adequação do CNS/ISERJ em Pedagogia se constituíram em um “museu de grandes novidades”.

Qualquer oposição a essa situação foi e continua sendo passível de coerção advinda do Estado. Desse modo, o que era para ser tratado como um problema de ordem acadêmica, transmutou-se em *um caso de polícia*. A oposição e correlação de forças entre o que está posto e o que quer ser transformado passaram a ser resolvidos em delegacias de polícia e no JECRIM do Estado do Rio de Janeiro.

Ante ao empenho em estudar e estar na militância política em busca de uma *outra* formação de professores que, pelo menos, fosse a partir do padrão *dentro da ordem* burguesa, nós, integrantes do LEME/FAETEC, resolvemos assumir a disputa institucional passando a produzir e a ocupar os fóruns deliberativos da instituição e da FAETEC como membros desses fóruns.

Além dessas ações, na tentativa da efetivação de um curso de formação de professores capaz de assegurar uma formação integral, histórico-crítica, construímos, a partir de debates e seminários realizados na instituição entre 2006 e 2007, coordenados pelo LEME/FAETEC e com votação em assembleia e aprovação no COAC, em abril de 2007, uma *outra* proposta para o Curso de Pedagogia, com uma orientação teórico-metodológica marxista, tendo por categorias estruturantes desse curso, “TRABALHO” e “TOTALIDADE SOCIAL”. Esse curso, que deveria ser iniciado entre 2008 e 2009, foi arquivado pela FAETEC e em seu lugar foi efetivada uma adaptação curricular das disciplinas do CNS/ISERJ para o Curso de Pedagogia.

Foi primordial para o meu desenvolvimento como docente-pesquisadora, a minha inserção e a ação política como integrante do LEME/FAETEC. Esses companheiros de luta,

como eu, optaram pela *recusa e indignação* a partir do momento que se interaram da situação do CNS/ISERJ, materializada em ações políticas desde a nossa entrada, pela primeira vez, como docente no prédio monumental da Mariz e Barros na Tijuca.

Ao *tomar pé da situação* e oporem-se ao estabelecido, ocorreu um equacionamento de ações: no nível prático e no teórico. O primeiro, foi demarcado por recusas, e no nível teórico, a indagação. Foi instaurado, então, um dilema que perdurou nos cinco anos de existência do LEME/FAETEC: as benesses do prestígio ou a militância. Optamos pela segunda, que se tornou problemática para todos nós e levou-nos à falta de abrigo institucional.

A opção do LEME/FAETEC pela militância política, pela negação das benesses do clientelismo e do prestígio em busca de uma *outra* hegemonia na formação de professores foi a busca de processos hegemônicos de luta pela produção de uma *outra* formação docente, de uma *outra* consciência e de uma realidade social, “para além do capitalismo” (MÉSZÁROS, 2003; 2005).

Ao iniciar como docente no ISERJ, trouxe os mesmos ideários romantizados na formação docente: as ilusões burguesas da igualdade e da fraternidade, através do processo educativo. Esses ideais, logo deram lugar ao despotismo imposto pelas relações clientelistas praticadas no ISERJ como um “micromundo” (BAKHTIN, 1992) do que tem ocorrido na periferia do capitalismo dependente (FERNANDES 1975, 1975 a).

Como vivemos em um sistema capitalista e formávamos professores, em uma instituição não-acadêmica mantida por uma fundação, não tínhamos nenhuma autonomia ou controle sobre o nosso trabalho pedagógico. Além disso, éramos expropriados da nossa condição de docente-pesquisador, assim como trabalhávamos para a expropriação do conhecimento de nossos alunos. Como resultado da crítica e da análise daquele modelo de formação, tivemos que avançar na luta como trabalhadores.

A troca de conhecimentos no contexto do CNS/ISERJ era mera aparência e a expropriação de conhecimentos ocorreu para os trabalhadores envolvidos no processo do ensino superior do ISERJ: alunos e professores. A meu ver, o que faltou foi a produção de uma consciência de que o trabalhador é a única figura realmente livre, que pode ser o “motor da história pela luta de classes” (MARX, 1998/1848; ENGELS, 2000/1855, p.81), ele pode destruir tudo, pois é o único que pode reconstruir novamente o mundo segundo sua própria consciência.

Nas palavras de MARX (2006/1867), é a “negação da negação”, como a negação determinada de consciências anteriores. Enquanto a primeira negação é uma negação indeterminada, a segunda negação, a “negação da negação”, é a negação determinada que põe algo novo em lugar das velhas determinações já superadas (HEGEL, 1956). Para Marx (2006/1867), a

“negação da negação” é o momento da expropriação dos expropriadores e da dissolução de todas as contradições que impulsionaram a consciência do trabalhador até este momento. Por que perdemos o momento de avançar a consciência do trabalhador da passividade e alienação do mercado em direção à atividade prática-revolucionária?

No caso da formação docente, como parte do projeto de mudança do padrão de dependência capitalista, baseado na expropriação do conhecimento, visando um projeto de “heteronomia cultural” (FERNANDES, 1968; 1975 a) foi construída uma ideologia, baseada na *tradição* da formação professores e de suas *instituições de excelência*, como o ISERJ e sua história. A ordem, a tradição, os ritos e as normas prevaleceram na *memória* de alunos e professores que passaram por aquela instituição. Nesse sentido, a “farsa” (MARX, 2000/1851-1852) foi necessária para a manutenção da ordem vigente e para a contenção das lutas dos trabalhadores, que acabaram por cair no imbróglio de uma possível “empregabilidade” e de alguma melhoria na condição de vida aviltante a que impõe a condição de dependência capitalista.

Na estrutura-condições econômicas- (MARX, 1977 a/1859; GRAMSCI, V. 3), o processo de instauração e institucionalização dos Institutos Superiores de Educação (ISEs) no Brasil e, em específico do ISERJ/FAETEC, compreendido entre 1996 e 2008, favoreceu o ajuste das políticas de educação às relações de exploração do trabalho e acumulação do capital, visando o aprofundamento das relações de dependência. No nível da conjuntura (GRAMSCI, V. 3), esses processos efetivaram-se em práticas e relações sociais que têm produzido um movimento contraditório que aponta, por um lado, para processos hegemônicos que visam a perpetuação da ordem vigente, traduzidos em práticas que buscam a garantia de pequenos privilégios pessoais, asseguradas em processos de ressignificação da legislação e de estudos teóricos-práticos sobre a formação docente e as políticas públicas e, por outro, em processos hegemônicos de luta pela produção de uma *outra* formação docente e consciência e realidade social, a garantia da socialização da educação por relações sociais, que garantam o público, ainda que tensionado pela ordem burguesa.

A Pedagogia instaurada no ISERJ e o extinto CNS/ISERJ se tornaram as duas faces de uma mesma moeda. Essa *nova* (velha) formação docente, apesar de parecer trazer alguma mudança histórica, acabou por sublinhar as principais cristalizações do capitalismo e suas constantes reformas, a fim de salvaguardar a ordem. No jogo das forças políticas, o *velho* se dissimulou, novamente, em um *novo*. Com isso, manteve-se a mesma realidade: a contenção da luta dos trabalhadores e a transformação social.

Ocorreu uma ressignificação das instituições e de seus cursos. Se a criação, a FAEP foi fadada ao fracasso, à “tragédia”, o que houve, após isso, com a criação da FAETEC, dos seus ISEs e ISTs e de cursos superiores, em especial, a criação do ISERJ e de seu Curso Normal Superior,

assim como a sua adequação em um novo (velho) Curso de Pedagogia foi “uma farsa”, nos moldes previstos da obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx.

Mais uma vez, uma paráfrase de Florestan Fernandes explica com muita propriedade minhas conclusões sobre a pesquisa. As análises e teorizações a respeito da formação docente:

(...) levou-me a frustrações demasiado profundas... a verdade sobre as instituições e seus tipos humanos, os movimentos políticos e sua consciência sobem à tona. O Brasil se revelou melhor para mim (...) a [educação] perdeu o seu encanto... o [professor profissional de ensino superior] converteu-se numa pessoa que luta mais... para preservar e reforçar sua condiçãozinha de classe média – do que pela verdade...revolucionária da explicação sociológica... sob o capitalismo e dentro de uma sociedade capitalista (‘forte’ ou ‘fraca’, democrática ou autocrática), os controles externos e a repressão da imaginação criadora corroem tanto a [educação], quanto os papéis intelectuais construtivos dos [docentes pesquisadores]. FERNANDES, 1980, p. 13).

Todavia, devemos continuar a teorizar formas de superação desses movimentos de contrarrevolução, instaurados, principalmente, através de políticas públicas educacionais. Um bom começo é o proposto por Florestan:

(...) Hoje, não se trata mais, concretamente, de colocar o *cidadão* no eixo da reflexão pedagógica transformadora. (...) O educador deve ser o agente orgânico da revolução educacional. (...) Uma “educação para o século XXI” [deve lançar] suas raízes em nosso presente, ou seja, nas necessidades psicológicas, culturais e políticas das classes trabalhadoras. (FERNANDES, 1989, p.17-18)

Portanto, a situação de precariedade e irregularidades do ensino superior do ISERJ/FAETEC/SECT-RJ tem sido perpetuada, então, por relações clientelistas, de cunho privatista, entre os referidos professores desviados de função para o ensino superior da FAETEC/SECT-RJ, que têm ocupado os cargos de dirigentes da instituição (direção geral e coordenações) e frentes partidárias da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e/ou do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que possuem influência naquela instituição, estabelecendo-se assim uma troca de favores e privilégios entre esses grupos.

A situação de desvio de função no ensino superior do ISERJ/FAETEC/SECT-RJ, assim como a da precariedade do ensino superior na instituição e na FAETEC, como um todo, tem sido garantida por relações patrimoniais, de cunho privatista, entre os referidos professores desviados de função da Educação Básica e do ensino médio para o ensino superior da FAETEC/SECT-RJ e de todos da comunidade escolar que precise de algo (alunos, pais, funcionários, contratado, dentre outros) e frentes partidárias da ALERJ e/ou do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Essa memória de assistência e “acolhimento à pobreza” parece perdurar em toda a história da Fundação (FAETEC), como uma forma de contrarrevolução “a frio” (FERNANDES, 1975; 1975

a; 1980), baseada em pequenos benefícios, como alimentação (garantida nos lanches e refeições oferecidas), contratos terceirizados por relações patrimonialistas entre frentes partidárias do estado do Rio de Janeiro e frações da classe trabalhadora.

O Estado foi, então, o facilitador da interferência do capital na organização da cultura e da educação do Rio de Janeiro, como forma de assegurar a hegemonia dominante no contexto de crise de legitimidade do neoliberalismo, que ameaçava a governabilidade do padrão de acumulação instaurado nos países periféricos. Com isso, não foi alterada a subordinação da burguesia local às exigências impostas pelos “de fora” (FERNANDES, 1975 a) à ampliação constante de seus privilégios econômicos, socioculturais e políticos, perpetuadas por mecanismos de coerção e persuasão, necessários à ordem social competitiva e à dominação econômica (interna e externa) e de exploração do trabalho.

Quanto a atuação específica do LEME, na construção de um Curso de Pedagogia para o ISERJ, promovida por professores e alunos, em seminários, com aprovação nos fóruns deliberativos, em maio de 2007. Ocorreu o processo de apagamento dessa proposta, que previa uma nova concepção de mundo e de ordem social de base marxista, em favor de uma mera adequação da grade curricular do extinto curso superior que existia. O que houve foi uma dissimulação do *velho* em *novo*. Continuou a *farsa sob o disfarce de tragédia*, com a contenção da luta dos trabalhadores e da transformação social num desastroso encontro clientelista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DOCUMENTAIS:

ACCÁCIO, Liétte. **Instituto de educação do Rio de Janeiro: a história do professor primário (1927-37)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. UFRJ, 1993.

_____. A profissão docente: os ritos e normas da incorporação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.30, p.212-227, jun.2008. In: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/30/art14_30.pdf. Acesso em 12 de fevereiro de 2010.

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2001.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino. In: <http://www.andes.org.br/forum.htm>. Acesso em 06 de janeiro de 2011.

ANFOPE. As diretrizes curriculares para a graduação e os cursos de formação dos profissionais da educação. Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, 1999. In: TANURI, Leonor. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, maio-agosto 2000.

_____. **Documento final do IX Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.** Campinas, 1998. (mimeo). In: http://lite.fae.unicamp.br/anfope/menu2/links/arquivos/doc_final_ix.doc. Acesso em fevereiro de 2008.

BAKHTIN, Mikhail . **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1979].

BALASSIANO, Ana Luiza Grillo. **Instituto de Educação do Rio de Janeiro: memória e trajetórias profissionais.** Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação. Juiz de Fora-MG. UFJF, 2005.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, França e BRANDÃO, José Vieira. **Hino do Instituto de Educação do Rio de Janeiro** (s.d). <http://institutedeeducacao.blogspot.com/2006/08/hino-do-instituto-de-educacao-em-midi.html>. Acesso 02 de junho de 2009

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes.** Campinas: Autores Associados; Niterói: Editora da universidade Federal Fluminense, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**. n.1. pp.123-152. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006,

_____. **Pontos e bordados:** escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005

_____. **A Construção da ordem:** teatro de sombras. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

CAZUZA e Arnaldo Brandão. O tempo não pára. **Cazuza ao vivo.** Som Livre. 1989 CD-ROM [original em disco vinil].

- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981, p. 117-8.
- ENGELS, Friedrich. Prefácio para a terceira edição alemã [1855]. In: Marx, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2000 [1851/1852].
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. **Brasil: em compasso de espera**. Pequenos escritos políticos. Coleção Pensamento Socialista. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- _____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975 a [1972].
- _____. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- _____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FREITAS, Helena Costa Lopes de. Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 85, dezembro 2003.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. **Cadernos do cárcere**, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Ciencia de la Lógica*. Tomo I. Buenos Aires: Librería Achete S.A, 1956.
- KUENZER, Acácia Zeneida. A formação dos profissionais da educação: proposta de diretrizes curriculares nacionais. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 21, n. 42, jan./jun. 1999.
- _____. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: Novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, Naura S.C. **Gestão democrática da educação: Atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.
- LEHER, Roberto . Reforma do Estado: o privado contra o público. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.1, n.2, setembro de 2003, pp. 203- 228
- LOPES, Sonia de Castro. **A oficina de mestres do Distrito Federal: História, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado em Educação. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RJ, 2003.

_____. **História, Memória e Silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939)**. Rio de Janeiro: DP&A / Lamparina, 2006.

MARTINS, Ângela Maria Souza. **Dos anos dourados aos anos de zinco: análise histórico-cultural da formação do educador no Instituto do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, UFRJ, 1996.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. In: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/index.htm>. Acesso em 15 de maio de 2009.

_____. **O Capital v.1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 [1867].

_____. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2000 [1851/1852].

_____. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 16 ed, 1998 [1848].

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Para além do Capital**. São Paulo/Campinas: Boitempo/Ed. Unicamp, 2003.

RIO DE JANEIRO . Decreto N° 21752, de 08 de novembro de 1995. Institui a FAEP.

_____. Decreto n° 28420, de 23 de maio de 2001.

_____. Decreto n° 28739, de 03 de julho 2001.

_____. Decreto n° 28947 de 14 de agosto de 2001.

_____. Decreto n° 30302, de 26 de dezembro de 2001.

_____. Decreto n° 30303, de 26 de dezembro de 2001.

_____. Decreto n° 37100, de 18 de março de 2005.

_____. Decreto n° 38533, de 18 de novembro de 2006.

_____. Deliberação CEE/RJ n° 309, de 23 de outubro de 2007.

_____. Lei N° 2735, de 10 de junho de 1997. Lei que institui a FAETEC.

_____. Lei N° 3155, de 29 de dezembro de 1998.

_____. Lei N° 5380, de 16 de janeiro de 2009.

_____. Parecer CEE/RJ N° 258, de 15 de outubro de 1998.

_____. Parecer CEE/RJ N° 1008, de 10 de outubro de 1998.

_____. Parecer CEE/RJ N° 212, de 1 de julho de 2003.

_____. Lei N° 4301, de 26 de março de 2004.

_____. Parecer CEE/RJ N° 021, de 19 de fevereiro de 2008. D.O. do Estado do Rio de Janeiro, de 29 de abril de 2008.

_____. SECT-RJ/FAETEC. **Matriz Curricular do Curso de Pedagogia dos Institutos Superiores de Educação.** Disponível em: <http://www.faetec.rj.gov.br/desup/index.php/institutos-de-educa-mainmenu-28/63-matrizes-curriculares/313-matriz-curricular-do-curso-de-pedagogia>. Acesso em 10 de junho de 2011.

_____. SECT-RJ/FAETEC. Processo N° E 26/200/20004RJ. SECT-OF /GAB N° 166/2004. **Edital para concurso público para professores do Ensino Superior da FAETEC**, 2004.

_____. SECT/FAETEC. CI FAETEC/DESUP N° 094, de 16 de abril de 2007.

_____. SECT/FAETEC. OFÍCIO FAETEC/DESUP N° 9, de 30 de janeiro de 2007.

_____. SECT/FAETEC. Comissão Especial de Avaliação Externa. **Relatório Final de Avaliação do Curso Normal Superior do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, maio de 2001.

_____. SECT/FAETEC. Comissão Especial de Avaliação Externa. **Relatório Final de Avaliação do Curso Normal Superior do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, dezembro de 2003.

_____. SECT/FAETEC/FAPERJ/LEME/GURI. **Fundamentação marxiana e formação crítica de professores:** instalação de Laboratório de Estudos Marxismo e Educação-LEME/ISERJ. Agosto de 2007. mimeo.

_____. **Relatório da Comissão Verificadora para reconhecimento do Curso Normal Superior.** Portaria CEE/RJ n° 115, de 27 de junho de 2002.

SANTOS, Sandra Regina Pinto dos. **Movimentos identitários e investigativos de professores no cotidiano escolar:** O exercício instituinte da pesquisa como práxis em diálogo com representações sociais. Tese de Doutorado em Educação. Niterói-RJ/UFRJ, 2006.

SANTOS, Sandra Regina Pinto dos, et al. **Projeto pedagógico do Curso Normal Superior do ISERJ.** Diálogos em formação do Curso Normal Superior, 2000. Agosto, 2001, p.68-77.

SCHEIBE, Leda. Formação dos profissionais da educação pós-LDB: vicissitudes e perspectivas. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro & AMARAL, Ana Lúcia (orgs). **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas: Papirus, 2002.

TONÁCIO, Glória de Melo. **O processo de criação do curso normal superior no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e sua adequação em curso de Pedagogia**: a tradição como farsa. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar**: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

_____. **O exercício disciplinado do olhar**: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, Departamento de Educação, 1995.